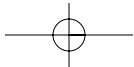
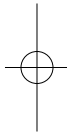
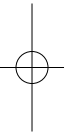
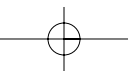
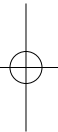
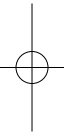




26 de julho





4. MESA 3 - A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL, DESENVOLVIMENTO E POBREZA: CONSTRUIR UM PLANO DE METAS SUL-AMERICANO.

CARLOS TIBURCIO, moderador. Boa tarde a todos. Nossa mesa está composta pelo embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, pelo dr. Armando Mariante, pelos jornalistas Mário Lubetkin e Eugenio Bucci, pelo professor e ex-ministro da Fazenda da Argentina, Aldo Ferrer, e pelo professor Helio Jaguaribe. Com a palavra, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES. Gostaria de fazer algumas reflexões sobre o tema da integração sul-americana e o seu subtítulo: construir um plano de metas sul-americano. A questão da integração da América do Sul é um é um verdadeiro sonho do professor Celso Furtado, que lutou por esse processo por toda a sua vida. De modo que nada mais justo do que a organização desta mesa, com as pessoas aqui presentes, em especial os professores Helio Jaguaribe e Aldo Ferrer, que também há muitos anos lutam por essa causa.

A idéia de integração vem sendo muito criticada na imprensa por ser inconveniente, imprudente, algo que revela até um certo insucesso dos esforços já feitos. Mas gostaria de apresentar o porquê da realidade sul-americana e da política externa. O presidente Lula, no seu primeiro discurso, anunciou que o tema prioritário de sua política externa seria a América do Sul. Hoje a América do Sul é o principal destino das exportações de produtos manufaturados e industriais brasileiros. Isso naturalmente tem um efeito grande sobre as nossas

indústrias, o emprego no Brasil, a capacidade de adquirirmos maior competitividade em nível mundial. A importância comercial da América do Sul para o Brasil é imensa. Nossas grandes empresas têm tido lá oportunidade de expandir a sua atuação na área de serviços de engenharia, o que acarreta uma exportação de bens brasileiros e serviços. Ressalto também a importância da América do Sul como área para os investimentos brasileiros diretos. A Petrobras é hoje uma das maiores empresas na Argentina, contribuindo muito para a área de geração de energia. Também é a principal empresa na Bolívia. E tem investimentos na Venezuela, na Colômbia, no Equador. Mas há outras grandes empresas brasileiras, médias e até pequenas, que têm se instalado em países da América do Sul. Tudo isso é muito importante visto do ângulo do interesse da economia brasileira, mas não comecemos por aí para refutar os chamados fenícios, aqueles que só vêem o lado comercial e econômico das coisas.

O Brasil é o mercado mais próximo para os países da América do Sul. Nosso comércio com a Argentina, se não me engano, atingiu no ano passado cerca de nove bilhões de dólares. A Argentina é o nosso segundo maior parceiro comercial. Muitas empresas privadas também investem nos mercados dos países vizinhos. Recentemente, em São Paulo, uma empresa colombiana comprou a maior empresa brasileira de transmissão de energia, o que mostra a importância dos investimentos.

Ainda do ponto de vista puramente econômico, nós temos a questão dos brasileiros que vivem no exterior e dos estrangeiros que vivem no Brasil. Hoje, vivem no Brasil cerca de 70.000 bolivianos, cerca de 100.000 colombianos e assim por diante. E um contingente muito grande de brasileiros vivem nesses países. No Paraguai, vivem 450 mil brasileiros, isso é 8% da população paraguaia. Também há um contingente muito grande de brasileiros na Bolívia, onde a maior parte da produção de soja exportada por eles é produzida por empresários brasileiros. O mesmo ocorre com o Paraguai, hoje o 4º maior produtor de soja e o 4º maior exportador. Uma grande parte dessa soja é produzida por brasileiros. É preciso mencionar também a questão de Itaipu, que fornece entre 20 e 25% da energia consumida no Brasil. Por sua vez, a Bolívia nos fornece cerca de metade do que consumimos de gás, através do gasoduto Brasil-Bolívia.

Estamos engajados num processo de integração econômica do Mercosul, com a união aduaneira em torno de uma área de livre-comércio, que envolve economias que correspondem a cerca de 75% do PIB da América do Sul, com a inclusão da Venezuela. A inclusão da Venezuela, que é tão criticada, é de extra-

ordinária importância devido às características desse país. A Venezuela tem 26 milhões de habitantes, reservas naturais de petróleo, gás e outros minerais, como bauxita, e um potencial hidrelétrico significativo. Os preços do petróleo e do gás tendem a subir, devido à extraordinária demanda dos Estados Unidos, e também da China e da Índia. Os preços do petróleo não devem cair.

No caso do Mercosul, que é uma união aduaneira e uma zona de comércio, o que o caracteriza é uma expectativa não realizada dos sócios menores, Paraguai e Uruguai, em relação ao que esperavam obter do Mercosul como projeto comercial. Esses dois países estão reivindicando um tratamento que lhes permita se beneficiarem mais do processo de integração econômica. Mas há assimetrias significativas entre os diferentes membros do Mercosul — Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e agora a Venezuela —, e que só poderão ser resolvidas com a transformação do Mercosul, um projeto puramente comercial, em um projeto de desenvolvimento econômico da região.

E isso teria que se fazer por meio de um grande esforço para reduzir as assimetrias entre os países membros. Esse esforço seria de investimentos em infraestrutura, como transporte e energia. Alguns países do Cone Sul, e aí eu incluiria o Chile, que é um país associado, mais o Uruguai e a Argentina, têm dificuldades importantes na área de energia. Essas podem se agravar — não gosto de usar essa palavra — com o crescimento brasileiro a taxas mais significativas. Para crescer mais industrialmente é preciso que haja garantia de fornecimento de energia. E na área hidrelétrica brasileira, por exemplo, as dificuldades de construção de novas usinas esbarram em restrições ambientais. Temos naturalmente toda a área dos biocombustíveis para desenvolver, assim como a do gás. De modo que a integração da Venezuela ao Mercosul pode ser muito positiva no campo da energia. E isso criaria um eixo estruturante da integração físico muito importante.

Não vivemos uma época de paz, e sim de violência e de arbítrio. Por outro lado, verificamos a emergência de grandes blocos de países. A América do Norte, a Europa, a China, a Índia, a Rússia talvez. Nessa evolução para a constituição de um mundo multipolar seria de interesse do Brasil, e dos países da América do Sul a constituição de um pólo sul-americano. Quando se fala em bloco sul-americano, as pessoas ficam um pouco constrangidas, como se os países da América do Sul não pudessem também ter o direito de se constituírem numa unidade política e econômica integrada para defender seus interesses e promover seus interesses econômicos e políticos.

Ora, o que ocorre é que temos uma situação privilegiada na América do Sul. Primeiro, só temos dois idiomas. Na África do Sul, são onze idiomas oficiais, na Índia são centenas de dialetos. Segundo, não há conflitos acirrados de ordem religiosa, como há na Índia. Terceiro, não há populações irredentas, que desejam se tornar independentes. Há muitas divergências entre os países na América do Sul, há reivindicações históricas entre Bolívia, Chile e Peru, entre Peru e Equador, Colômbia, Venezuela, há questões de fronteiras, mas não têm a mesma densidade. Em quarto lugar, a América do Sul conseguiu atingir um certo nível de desenvolvimento industrial, principalmente Argentina e Brasil, que permite a estruturação de um mercado e de um sistema econômico mais avançado que outras regiões. Há questões de pobreza muito sérias, mas que possivelmente em outros continentes da periferia subdesenvolvida são mais graves. De modo que, tanto do ponto de vista econômico como político, a integração da América do Sul e a formação de um bloco sul-americano são de grande importância para o Brasil e para todos, que unidos poderão defender seus interesses nas negociações internacionais, onde se decidem e estabelecem normas que vêm afetar as condições de formulação de políticas internas. Dependendo das normas adotadas, elas favorecem ou não a elaboração de planos de desenvolvimento econômico. Então, a defesa dessas aspirações no plano internacional se tornou de grande importância. Por isso, as normas relativas a investimentos, a propriedade intelectual, a contas governamentais, as regras relativas ao comércio internacional de produtos agrícolas e assim por diante são decididas em negociações internacionais. Nessas negociações, se os países estão unidos e defendem seus interesses em conjunto, cresce a possibilidade de terem normas mais favoráveis.

Hoje, talvez 80% da renda mundial se concentre nos países altamente desenvolvidos, que não têm mais do que 20% da população mundial. Aparentemente, o sistema econômico internacional tem permitido a esses países aumentar riqueza e renda. Tanto é que hoje a distância entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos é maior do que era após a Segunda Guerra Mundial. Ora, certamente as regras lhes tem sido favoráveis. Portanto, desejam eles que esse tipo de regras e de estrutura do comércio internacional permaneça ou desejam eles que se modifique? Deixo a resposta com os senhores. Muito obrigado.

CARLOS TIBURCIO. Com a palavra, o vice-presidente do BNDES, Armando Mariante Carvalho Júnior.

ARMANDO MARIANTE. Gostaria de começar com algumas referências aos últimos 15 anos, só para lembrar que foi um período de proliferação de

planos de estabilização econômica e políticas econômicas sempre pautados pelo malfadado Consenso de Washington. Nesse cenário, houve um esforço gigantesco dos países para se adequarem ao cardápio do mercado financeiro global, endossado pelos organismos financeiros multilaterais. Com isso o continente foi incluído, para o bem e para o mal, na rota do capital internacional e a participação de bancos estrangeiros na economia do continente aumentou muito. As multinacionais do crédito chegaram à América Latina. Na Argentina, os bancos estrangeiros, que detinham 10% dos ativos em 1990, atingiram 60% em 2001. No Chile, este número pulou de 20 para 62%. No Peru, de 4% para 61%. Na Venezuela, de 1% para 60%. No Brasil, de 6% para 30%. A expectativa razoável era que esse setor bancário internacional contribuísse para maior oferta de crédito e alguma redução no custo do dinheiro, nos *spreads* bancários. Não ocorreu uma coisa nem outra. E os bancos locais que restaram se acomodaram em posições secundárias, se dedicando aos mercados por eles já conhecidos, e sem grandes ambições, sejam nacionais, sejam regionais.

No Brasil foi um pouco diferente. Os bancos brasileiros se expandiram na América do Sul, principalmente pela via de aquisição de bancos locais menores, e a própria participação de bancos estrangeiros no Brasil retrocedeu, entre 2001 e 2005, de 30 para 22%. Na verdade, uma das grandes queixas dos nossos vizinhos em relação às chamadas assimetrias é essa: a existência no Brasil de um *funding* de longo prazo abundante e barato, com ênfase no FINAME (Financiamento de máquinas e equipamentos), que é efetivamente um alavancador, uma ferramenta espetacular para financiar os investimentos industriais em longo prazo. No início deste século XXI, ao lado de uma frustração já visível com os resultados incipientes da integração, aumentam a percepção de que a integração deve continuar e a consciência de que a inserção do continente no mercado internacional será tão mais positiva quanto mais integrados estiverem os mercados e os Estados na América do Sul.

E aí percebemos alguns avanços. De 2004 para 2005, as exportações do Brasil para o Mercosul aumentam 32%, e para a ALADI (Associação latino-americana de integração), 27%. Esse crescimento só é superado por exportações para o Leste europeu, que aumenta em 55%, e para a África, que teve aumento de 41%, mas partindo de uma base muito mais incipiente. E a corrente de comércio — a soma de exportações e importações do Brasil com os países da ALADI —, apenas no primeiro semestre de 2006, para citar um dado atual, é

igual ao total de 2003: 21 bilhões de dólares. E os desembolsos do BNDES para financiamento a exportações na América do Sul, que foram de 115 milhões de dólares em 2003, pulam para 343 milhões de dólares em 2005. Tomando 2005 e o primeiro semestre de 2006, estamos em meio bilhão de dólares de financiamentos às exportações mais diversas para a América do Sul. Só para mencionar alguns dos projetos: a hidrelétrica de La Voltosa na Venezuela, a hidrelétrica de São Francisco no Equador, uma estrada importante no Paraguai, a Ruta Diez, um projeto espetacular de transporte coletivo urbano em Bogotá, chamado Transmilênio — e estamos estudando um projeto semelhante para Lima —, a ampliação da rede de gasodutos na Argentina, a linha de transmissão Punta del Tigre no Uruguai, enfim, vários outros em perspectiva no Equador e na Bolívia.

E a integração não tem se dado só na questão do crédito e do apoio das exportações. Tem havido avanços no que se poderia chamar de integração tecnológica. Essas coisas não são visíveis a olho nu, mas vale a pena citar alguns exemplos, nos quais eu mesmo me envolvi diretamente, quando fui presidente do Inmetro. Por exemplo, a harmonização do uso de gás natural. O Brasil e a Argentina são dois mega-consumidores de gás natural veicular. Pois bem, os automóveis brasileiros não podiam se abastecer em postos argentinos e vice-versa, e também nos demais países porque as conexões nos postos eram completamente diversas; era impossível abastecer um automóvel na Argentina. Agora está feito, é um trabalho de harmonização tecnológica para padronizar o uso de gás natural veicular. Outro ponto são os índices de perdas no transporte de produtos, que, sobretudo na chamada linha branca e nos laticínios, eram enormes, por conta de embalagens inadequadas e das estradas em mau estado. Foi feito recentemente um estudo abrangente sobre embalagens e rotas para minimizar perdas. Há também a padronização de rotulagem nutricional, e um sistema chamado Alerta Exportador, que viabiliza o acesso *on line* a exigências técnicas de países importadores do bloco do Mercosul, de modo a evitar as chamadas barreiras técnicas. Esse sistema foi totalmente desenvolvido no Brasil, e para o médio e pequeno empresário é fundamental. Foi doado aos países do Mercosul e é inteiramente operado ainda hoje pelo Brasil; já são cerca de 3000 empresas médias, pequenas e grandes que o acessam regularmente.

Eu diria que na implantação de projetos de infra-estrutura, em larga escala apoiados pelo Banco — hidrelétricas, aeroportos, estradas, projetos de transportes coletivos —, é que reside o grande potencial de integração. São projetos

de grande porte, de investimentos vultosos, e geram muito emprego, não só no Brasil, quando as exportações são daqui, como nos países onde os recursos estão sendo aplicados. Talvez, mais do que qualquer outra iniciativa, eles mudarão a vida das pessoas, transcendendo o cotidiano e representando o novo. Um amigo que fez uma viagem recente a Lima se deparou com um mural com os seguintes dizeres: “Chega de realismo, queremos promessas”. O texto simboliza acima de tudo a necessidade de manter a esperança. Estive recentemente no Uruguai, acompanhando o ministro Celso Amorim, e ouvi de um ministro uruguaio o comentário de que “la América del Sur sigue necesitando de un futuro que todavía no ocurrió”. A verdade é que a América do Sul continua a ser um desastre social e a disputar com a África o primeiro lugar da desigualdade mundial. O economista Raúl Prebisch, em 1949, já chamava a atenção para as limitações de uma industrialização restrita a mercados nacionais isolados.

Na semana passada, a diretoria do BNDES aprovou mais uma ação na linha da integração de cadeias produtivas no Mercosul, com base no índice mínimo de nacionalização de 60%, exigido pelo FINAME. O Banco passa a aceitar como se nacionais fossem os componentes produzidos no Mercosul, até o limite de 1/3 ou 20% do financiamento pelo FINAME. Isso pode parecer trivial mas não é. Rompe uma regra de ouro do banco, permitindo que o *funding* de longo prazo, doméstico, brasileiro, seja usado para integrar o mercado do bloco. A percepção é de que a integração da América do Sul não é propriamente uma escolha. Tem uma dinâmica própria que parece inexorável, como inexorável é a geografia e inexoráveis são as fronteiras.

Como disse muito bem o embaixador Samuel, existem 30 mil brasileiros na Bolívia, trabalhando, muitos informalmente. Existem 70 mil bolivianos, predominantemente em São Paulo e na informalidade, trabalhando para os coreanos nas confecções. Existem 450 mil brasileiros no Paraguai, 8% da população do país, fazendo de tudo, inclusive plantando e exportando soja. Enfim, o homem chega na frente do Estado e integra para o bem e para o mal. E a complementaridade energética também clama por uma integração inteligente. A dúvida é se justamente a integração vai avançar pela via da informalidade, da ilegalidade e até do desespero, ou se vai predominar o caminho do desenvolvimento mais programado, com a identificação e o apoio a projetos efetivamente prioritários e impactantes social e economicamente. Em 1969, quando escreveu *Formação econômica da América Latina*, Celso Furtado propôs uma agenda de trabalho que continha, entre

outras, as seguintes ações: primeiro, o desenvolvimento de estruturas econômicas visando intensificar a assimilação de tecnologia moderna nos setores produtivos e a conquista de um mínimo de autonomia tecnológica; segundo, a formulação de políticas de emprego, capazes de reduzir a informalidade e a marginalidade; e terceiro, o aparelhamento do setor público. Sem Estados robustos e ágeis, a integração fica danificada. Essas ações, propostas por Celso Furtado há 40 anos, são absolutamente atuais. Outro comentário de Celso Furtado no mesmo livro também merece ser lembrado. Ele dizia que os progressos do chamado movimento integracionista continuarão a ser lentos e as decepções freqüentes enquanto o planejamento econômico não se transformar num instrumento eficaz de política.

O BNDES, apesar de banco nacional de desenvolvimento, como o próprio nome indica, incorporou na sua missão institucional contribuir para a integração da América do Sul. A parceria com o Itamaraty tem sido extremamente construtiva, graças às instigações do embaixador Samuel e do ministro Celso Amorim, e a obrigação de todos nós, dentro do processo de desenvolvimento econômico sul-americano, é ajudar a encontrar respostas para o mural de Lima: “chega de realismo, queremos promessas”. Muito obrigado.

CARLOS TIBÚRCIO. Obrigado, Armando, vamos dar a palavra agora ao jornalista e presidente da Radiobrás Eugênio Bucci, que é também responsável pela TV Brasil Integración.

EUGÊNIO BUCCI. Boa tarde a todos, meu caro Carlos Tibúrcio, eu queria na sua pessoa cumprimentar os organizadores deste encontro tão fecundo e tão necessário. Cabe-me apenas apresentar aos senhores um projeto de integração do nosso continente pela televisão, que já se encontra em funcionamento normal, mas por ser muito novo, numa área em que o amadurecimento de qualquer iniciativa consome de 5 a 10 anos, ainda é bem pouco conhecido. Trata-se da TV Brasil - Canal Integración, uma associação entre os três poderes da República, administrado e dirigido por um comitê gestor com representantes do Senado, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, da Radiobrás e do Itamaraty, além da Secretaria Geral da Presidência da República. Depois de dedicarmos um ano à elaboração de um entendimento entre os três poderes, começamos as nossas transmissões em 2005, cobrindo o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em espanhol, com uma equipe de brasileiros. Isso foi amplamente utilizado pelas emissoras de televisão da América do Sul, e em seguida formalizamos essa emissora num acordo assinado no dia 10 de fevereiro de 2005. Na

ocasião do lançamento, disse o presidente da República que era preciso haver integração física, integração cultural, integração social. E concluía dizendo que se cada um ali procurasse programas sobre a América do Sul nos canais que recebemos no Brasil, não iria encontrar. Nós não recebemos pelos serviços de televisão por assinatura nenhum canal sul-americano nem mesmo canais nacionais de outros países da América do Sul. A cobertura da rotina cidadã dos países sul-americanos praticamente não aparece nos telejornais brasileiros e aparece mal nos jornais impressos do Brasil. E se aplicarmos testes elementares ao cidadão médio, pedindo que ele identifique dirigentes da América do Sul, certamente vamos verificar um absoluto desconhecimento. É interessante observar que os esforços de integração raramente foram capazes de trabalhar o plano da comunicação social e do conhecimento cultural entre os povos dos nossos países, e era para isso que o presidente da República chamava a atenção. Dizia ele que um projeto como esse, para dar certo, não pode ser visto pelos países da América do Sul como intromissão de um país que quer ter hegemonia sobre os demais. Isso tem de ser visto e recebido pelos governantes e pelo povo como um instrumento a mais no processo da integração solidária que queremos fazer na América do Sul e na América Latina. Não é um canal de televisão do governo — isso é fundamental. Pelo contrário, é um canal de televisão do Estado brasileiro.

É muito importante que a América do Sul conheça a nossa cultura, mas é muito importante que a gente conheça a deles. Daí porque esse projeto deveria conter imagens e produções de todos os países da América do Sul. Pois bem, durante o ano de 2005, uma equipe dos três poderes da República manteve, em viagens pela América do Sul, mais de 70 reuniões com mais de 130 instituições do audiovisual do nosso continente. A receptividade foi muito acima do esperado e a adesão também. Hoje já estamos com esse canal no ar 24 horas por dia, com programação em português e espanhol, começando a ser retransmitido por certas operadoras de televisão paga em alguns dos países da América do Sul. É ainda para poucos espectadores, mas já começam efetivamente essas transmissões. E temos associados conosco mais de 35 parceiros que fornecem programação todos os dias. Além disso, passamos a produzir para as emissoras da América do Sul, e para as públicas do Brasil, um programa chamado “América do Sul hoje”. É um noticiário semanal, feito com imagens jornalísticas dos parceiros da TV Brasil. E também passamos a produzir um outro programa semanal chamado “Notícias do Brasil”, em espanhol, veiculado não só pelo nosso Canal Integración, mas por um dos nossos parceiros de primeira hora — a Tele Sur, da Venezuela.

Trouxe para vocês um pequeno vídeo apresentando esse canal que já se encontra no ar, peço licença à mesa para apresentá-lo — dura 4 minutos (*Exibição de vídeo*).

Uma observação final: estamos falando aqui da pobreza e do desenvolvimento no contexto da globalização. É impressionante a riqueza da produção audiovisual na América do Sul; e o tesouro que fica condenado à escuridão porque não tem uma janela de exibição. Estamos conseguindo fazer esses acordos sem nenhum gasto. É com entusiasmo que vários dos 35 parceiros se engajam no projeto e trazem à tona verdadeiros tesouros audiovisuais. Com mais esse projeto — um esforço de integração no plano da cultura e da comunicação —, estamos tentando abrir janelas e lançar pontes para que os povos conheçam o nosso Canal Integración. Obrigado por esta oportunidade.

CARLOS TIBURCIO. Nós é que agradecemos. Obrigado, Eugenio. Damos a palavra ao companheiro Mário Lubetkin, que abordará o papel da comunicação na integração da América do Sul e os Objetivos do Milênio.

MARIO LUBETKIN.* Obrigado, Tibúrcio, por este convite. Acredito que vou pedir autorização para falar em español, portuñol... Creo que fue y es muy importante que en este debate hayan invitado también a comunicadores, ya que lo consideramos todos los que estamos aquí que la comunicación es un actor necesario en este proceso. Me quiero limitar a los aspectos de comunicación. Y lo primero que quiero decir es la importancia que, desde el nuestro punto de vista, tiene el hecho de la creación del Centro Celso Furtado en el cuadro del Helsinki's Process, que nosotros vivimos desde el inicio, y que acompañamos desde el punto de vista de la comunicación. Hay ahí una primera conclusión que tenemos que sacar en relación a cual es el rol de la comunicación en el proceso de integración global y, en el caso concreto, América del Sur. Nosotros pensamos que la comunicación tiene que profundizar un desafío, que hay ahí una palabra mágica que la representa muy bien y que es lo que llaman la "comunicación local", o sea, global y local, un desafío que no vale solamente para la comunicación, pero para otros componentes del proceso de integración, o sea, mirar globalmente y mirar localmente, en un mismo proceso.

Si, como nos hablan los que me antecederan, y los tantos calificados intelectuales que escriben sobre el proceso de integración, la integración debe

* Transcrição em castelhano não revista pelo palestrante.

significar desarrollo y lucha contra la pobreza, la pregunta que me hago es la siguiente: ¿y cual es la perspectiva que tienen hoy los ciudadanos de la América del Sur y de América Latina cerca de la integración? consideran realmente los ciudadanos de esta región de que la integración va de la mano con el desarrollo, y a de la mano con la lucha contra la pobreza?

Creo que los ciudadanos latinoamericanos y el ciudadano de Sudamérica está alejado de esa percepción de la relación entre un fenómeno y otro. Y, como nos hablaba anteriormente el embajador Samuel, esa pasa a ser una de las grandes preocupaciones del proceso de integración, pues la integración ha generado expectativas en América del Sur. Y uno de los grande peligros que tiene este proceso en América del Sur, como nos muestran diferentes encuestas de sonderos de opinión, es que se genera una grande frustración en los ciudadanos latinoamericanos a cerca de que la integración no es un factor de resolución de sus problemas, sino un factor de conflictos, un factor finalmente negativo y no positivo para el interés de los ciudadanos. Yo, por mí responsabilidad como periodista, vivo en Europa. ¿Cual es la visión que se tiene en Europa a cerca de Sudamérica y del proceso de integración? Algunos dicen que lo que se está viendo en Sudamérica es una nueva ola democrática; otros señalan que lo que se ve en Sudamérica es ola de regimenes populistas, que poco tienen para construir y para concretar en la vida de los ciudadanos de la región. Otros, y por cierto muy pocos — y esa es otra de las responsabilidades de los comunicadores — señalan que el proceso que hoy se ve en América Latina es el de resolver los problemas de la pobreza y de la desigualdad. Pero, reitero, esa es la visión minoritaria de los comunicadores. Ahí nace una pregunta: ¿cómo lograr explicar internamente, aquí en Sudamérica y a nivel global, que existe una tal sinergia de gobiernos similares, o de visiones similares, como nunca antes existió en América del Sur y en América Latina? Eso es acaso la visión que hoy se proyecta en la región como comunicadores, y ahí me nace una segunda pregunta: ¿Es acaso la visión que los comunicadores de América Latina — entre los que nos incluimos, porque no queda nadie excluido de este proceso — logran transmitir respecto a los aspectos positivos del proceso de integración? Yo creo que hay a veces un grande pasaje entre lo que nosotros escuchamos en los debates y lo que los medios de comunicación informan. Pero, con eso, yo no estoy diciendo — porque yo soy comunicador y soy director de una agencia de noticias en Uruguay — que la responsabilidad es solo y exclusivamente de un medio de comunicación. Creo que aquí hay una responsabilidad compartida, y que tiene que

ver con un aspecto de ese siglo, que es cómo lograr informar de forma diferente, con una visión de los hechos positivos y negativos, pero crítica... Pensemos en cómo los medios de comunicación europeos siguieran el proceso de integración de Europa, y, por lo tanto, cuál es la responsabilidad del comunicador, del decisor, de los diferentes actores que van desde el Alcalde hasta al parlamentario que participa en este proceso de integración.

Yo creo que eso pasa por una serie de preguntas: ¿cómo se está comunicando, hoy, la integración? A veces, nosotros pensamos que informar en cantidad significa informar en calidad. Varios colegas me dirán: bueno, pero hay muchos artículos en los medios a cerca de la integración. Pero también podríamos decir que hay muchos artículos en los medios a cerca de lo que pasó en Kosovo, o lo que pasó en Bosnia, o lo que pasa en Irak, en Medio Oriente, en Afganistán. ¡Cantidad no significa calidad! Números de notas no significa la comprensión de fenómenos, y ese es uno de los desafíos que nosotros, como comunicadores, hemos planteado aquí en América del Sur, y a nivel global sobre los procesos de integración con los Estados con la globalización. Ahí es un problema central que nosotros tenemos, que no solo vale para la integración, pero sí, es muy importante en la integración. ¿Dónde está colocado el tema de la integración en la agenda global de la información? ¿Quién dicta las definiciones y cuál tiene que ser la agenda global de información en América del Sur? ¿Cuál es la responsabilidad del periodista, de operadores, etc., en este proceso?

Hay ahí un dato, que es un dato de la realidad, porque sino yo creo que estaríamos en otro escenario en América Latina, y muchos conflictos se pudieran quizás haber evitado subir si tuvieramos otra conciencia. No existe una ecuación, hoy, en América Latina y en América del Sur, entre informar correctamente, generar conciencia por la información correcta, generar participación, y finalmente, influir en políticas para cambiar decisiones. Esa ecuación de los cuatro puntos no está resuelta, hoy, en América del Sur, en el plano de la información de la integración. Nuestra experiencia como agencia global de noticias también demuestra eso. ¡Y también demuestra nuestros límites!

Algunos de ustedes conocen IPS. IPS es una agencia que tiene quinientos periodistas en todo el mundo, estamos presentes en todos los países de América Latina, cubrimos ciento cincuenta países, trabajamos en diecisiete idiomas, naturalmente el español y el portugués, tenemos miles de clientes en todo el mundo, de "mainstream" y alternativos; tenemos millones y millones de páginas leídas en

muchos de nuestros principales sitios. Somos la agencia líder de la información de los temas del desarrollo a nivel global, y los temas de la sociedad civil, y tratamos de escribir con un ángulo diferente sobre el impacto de la globalización, especialmente en el sur del mundo. Pero las experiencias de ese período, sobretodo de los dos últimos años, nos demuestra las reflexiones que yo señalaba anteriormente.

Nosotros, por ejemplo, con Naciones Unidas estamos desarrollando un proyecto para generar conciencia desde el punto de vista de la comunicación de los Objetivos del Milenio y cómo aplicar y cumplir los ocho objetivos en América Latina. Hemos hecho recientemente, talleres (*workshops*) en la Colombia, en Panamá, en Montevideo, reuniendo más de cien periodistas de América Latina. ¿El resultado, saben cuál fue? Fue un desconocimiento mayoritario de los periodistas a cerca de los Objetivos del Milenio, a cerca del proceso de globalización, a cerca de la gobernabilidad de la globalización, a cerca de la relación entre globalización y integración regional y también a cerca de la integración regional. Son datos de la realidad, son reclamos de los mismos periodistas, en actitud no de soberbia sino de modestia; es la necesidad que ellos señalan de saber más y mejor, detener una relación diferente con los decisores, detener una fase de información completamente diferente frente el avance de los procesos. Los periodistas nos señalan: nosotros no tenemos espacio en nuestros medios, porque la información de la integración no vende; y como la integración no vende, no vende diario; no vende *share* en televisión y no vende espacios publicitarios en los diarios.

Entonces, aquí, nace una nueva pregunta: ¿cómo generar cultura para vender mejor? Yo creo que una de las respuestas necesarias es parte del desafío de nosotros como comunicadores. Nosotros tenemos la responsabilidad de conectar algo tan genérico como ese proceso de integración a la vida diaria de cada ciudadano. Solamente en ese momento se logrará vender mejor lo que significa el proceso de integración. Y en eso, naturalmente, hay una defasaje. Y un aspecto que para mí me parece sumamente importante es ese escenario contradictorio — entre un clima regional, sobretodo a partir de los gobiernos de las ciudades, las alcaldías, y de numerosos parlamentarios de América Latina, que empujan así un proceso de integración, y el ciudadano, que se siente no partícipe de ese proceso. Este *gap*, este vacío en el medio, es parte de la responsabilidad de todos los actores, pero en primero lugar, de los comunicadores.

Nosotros, en ese sentido, tenemos varias experiencias. Se hablaba del ejemplo de lo que estamos haciendo con Naciones Unidas, y nuestra reflexión con los

periodistas: un estudio y un monitoreo a cerca de qué se publica en América Latina sobre el proceso de desarrollo y sobre el proceso de integración. Pero, tenemos un ejemplo que es un proyecto sobre uno de los temas de los Objetivos del Milenio, que es el tema del medio ambiental. Es un proyecto que se llama Tierra América, que tiene una originalidad que demuestra la potencialidad existente hoy en América Latina. Tierra América es un producto que es una página semanal sobre el tema del ambiente, del desarrollo sostenible, que se publica en veinte diarios de América Latina. Muchos diarios aceptaram ceder espacios editoriales, o sea, las páginas completas para que un actor externo logre publicar las informaciones sobre los procesos de integración en América Latina, desde el ángulo ambiental. O sea, hoy son posibles las sociedades, las *partnerships*, de nuevo tipo. Pero se trata de tener una audacia y de hacer una revolución política, cultural, con los diferentes actores y componentes de ese proceso, porque tenemos que acompañar el proceso que, a veces, va más rápido que nosotros

Yo quiero señalarles tres contradicciones que veo entre potencialidad y realidad. La primera son las contradicciones entre ese clima propositivo en la región, sobre integración, y la dificultad que el ciudadano participe de una forma diferente en ese clima regional. O sea: la inmensa mayoría de los gobiernos quieren impulsar un proceso de integración regional como nunca antes se vio en la historia. Hablamos de los parlamentos, mayoría de parlamentos, al lado de la mayoría de las prefecturas, el mundo de la Academia, que hoy quieren ayudar a impulsar esta clave central que es la integración en América del Sur. Pero hay un aspecto real: todos estos actores no están comunicando como deberían para que el ciudadano pueda adquirir esa información, también propositiva y crítica, pero es que algo muy de fondo está cambiando. Basta las reflexiones de lo que escuchamos anteriormente a mí intervención. También existe hoy un nuevo escenario de los medios de comunicación en América Latina. Hoy, las nuevas tendencias de comunicación permiten una multiplicidad de medios de todo tipo, “mainstream” hasta al diario de base, desde la radio comunitaria hasta TV Brasil Integración. Pero, en vez de lograr una integración de procesos, tenemos dificultades de integrar procesos, lo que señalaba Eugenio cuando explicaba el proyecto de TV Brasil. ¡Hay integración de más de treinta canales dónde se hablaban las dificultades objetivas para llegar a eso! Cuantos canales habría que podrían integrar ese proceso si supieran, si tuvieran una política agresiva de *partnership*; o sea, existe una contradicción entre la realidad objetiva y la dispersión en los medios que escriben sobre la integración.

El tercero ejemplo es el medio social civil, porque es un de los temas que nosotros trabajamos particularmente. ¡La sociedad civil hoy tiene un peso extraordinario, tiene miles instrumentos de comunicación! Cuando actúan de forma conjunta, el impacto es enorme. Pensemos al Forum Social Mundial, en la campaña – no aquí en Brasil, pero en nivel global, en 2005 — *Global Campaign Against Poverty*, la Campaña Global Contra la Pobreza. O sea, millones de personas que se movilizaron contra la pobreza, particularmente jóvenes, cuando se impulsaron y se quedaron sinergias conjuntas. Y, finalmente, yo creo que el camino más fácil que tenemos es el de diagnóstico; el camino más difícil es el de las propuestas. Todos sabemos cuales son las dificultades y los problemas en América Latina, inclusive a nivel global, pero pocos sabemos o tenemos los caminos para resolver.

Tiburcio señaló, en varias oportunidades, que la Centro Celso Furtado tiene que pensar como Celso Furtado: un capacitador y un reflector permanente de ideas, de pensamientos y de propuestas que sean multiplicadores en las sociedades. Con esto quisiera presentar tres ideas que lanzo a la reflexión, no solamente aquí, sino que son temas que nosotros estamos tratando de impulsar a varios niveles. El primero es que creo que se tiene que dar una relación horizontal diferente en el plan de la comunicación entre los diferentes operadores de la integración. Hay un ejemplo muy concreto: creo que no existe ningún instrumento en la América Latina que busca la integración de intercomunicarse en el plano informativo. O sea, tener los decisores en cada uno de los gobiernos la capacidad de saber lo que hacen otros gobiernos en una forma informativa, como podemos leer en “Folha”, “Veja” o “Isto é”, o la Globo, o TVE. No existen estos instrumentos. Hay que construir estos organismos, o mecanismos de comunicación horizontal que no deberían ser solamente públicos, sino que ser públicos y privados. La América Latina tiene experiencias en esto y es parte de los desafíos de acompañar este proceso. Podríamos poner el ejemplo de Tierra América, o un ejemplo desde un ángulo específico. Justamente, en el día de ayer, se firmó aquí en Brasil la creación de la Fundación Tierra América, como un instrumento apoyado, en primero lugar, por las autoridades brasileñas, para impulsar la formación de la integración en el plano ambiental para toda la América Latina de forma diferente. Segundo, la necesidad de formar mejor, no solamente a los periodistas — que tenemos que tener una mejor formación en el campo de la comunicación — sino también a los operadores, para que haya una relación diferente y se logren síntesis informativas de nuevo tipo, que es las que hay que lograr y que es parte, yo creo, de los déficits que nosotros tenemos. La tercera es que los grandes medios

de comunicación tienen que asumir su responsabilidad social corporativa, y no considerar que son ajenos a lo proceso. Todos somos actores del proceso. Si somos pasivos, es una decisión de ser pasivos. Pero los grandes medios también tienen una grande responsabilidad y es una responsabilidad corporativa. ¿Todo esto para lograr qué? Para lograr que en la agenda informativa de la América del Sur en primero lugar, porque es de eso que estamos hablando, el tema de la integración sea una componente permanente de la agenda, como lo es el deporte, la política nacional, la economía. Integración tiene que ser parte de la agenda del ciudadano, de la necesidad del ciudadano. Eso, lo deben construir los comunicadores, pero también lo tiene que construir los otros actores. Resultancia: si nosotros no resolvemos este vacío, o este *gap* existente entre una realidad objetiva y una necesidad objetiva, el proceso de integración, a lo que tanto se aspira, va a ser más lento y más difícil. Gracias.

CARLOS TIBURCIO. Obrigado, Mario. Passo a palavra ao professor e economista Aldo Ferrer, da Universidade de Buenos Aires e diretor da Cátedra Mercosur.

ALDO FERRER. Muchas gracias, buenas noches. En primero lugar mi agradecimiento a los organizadores de esta reunión por invitarme a reflexionar sobre el tema de la pobreza y del desarrollo en el contexto de la globalización, que fue tan central en la reflexión de Celso Furtado.

DESARROLLO E INTEGRACIÓN EN EL MERCOSUR Y AMERICA DEL SUR *

La evaluación de los logros del Mercosur da lugar a dos aproximaciones distintas. Una de ellas desde la perspectiva del *Mercosur ideal*; la otra, desde la del *Mercosur posible*.⁷³

La primera compara la situación actual del sistema regional con el objetivo del mercado común con libre movilidad de bienes y de factores de la producción y un arancel externo común (AEC) frente al resto del mundo y, a partir de allí, la marcha hacia la plena unión económica y monetaria. El patrón de referencia es la Unión Europea incluyendo sus instituciones comunitarias (Comisión, Parlamento, Tribunal de Justicia, Banco Central) y la moneda común.

* Texto enviado pelo palestrante.

73 A. Ferrer: "El Mercosur posible". Revista de Economía Política. São Paulo (no prelo).

Desde esta perspectiva, el Mercosur ha fracasado porque no ha logrado cumplir los requisitos de la existencia de un mercado común. La aplicación del AEC registra múltiples excepciones (perforaciones), los países no han internalizado las normas comunitarias en sus ordenamientos internos y aplican normas propias de una zona de libre comercio (como las reglas de origen). Recientemente, el acuerdo (mecanismo de adaptación competitiva, MAC) entre Argentina y Brasil, para facilitar la recuperación industrial argentina, introduce otras excepciones al funcionamiento del mercado común. A su vez, el andamiaje institucional carece de capacidad para establecer políticas comunitarias y resolver los diferendos planteados. Pese a su reciente recuperación, la declinación del intercambio regional a principios de esta década, diferendos bilaterales (como los referidos a las papeleras de Fray Bentos y el precio del gas boliviano), los planteos de los dos socios de menor dimensión (Paraguay y Uruguay) y los reclamos de agentes económicos de los países miembros, alientan la impresión de fracaso derivada de la perspectiva del *Mercosur ideal*.

Esta postura pesimista sugiere que, en el pasado, la realidad y las perspectivas de la integración eran mejores que ahora y que, por lo tanto, se ha retrocedido, fragmentando, desintegrado, dividido, el espacio regional. Sugiere, también, que se ha perdido la oportunidad porque, ahora, las condiciones de la globalización del mundo contemporáneo, impedirían a los países periféricos, como los de América Latina, desplegar proyectos nacionales de desarrollo e integrarlos en un espacio solidario. En conclusión, como no se verifican las condiciones de la *integración ideal*, el proyecto integracionista no tiene futuro.

Desde la perspectiva del *Mercosur posible*, las conclusiones son totalmente distintas. La misma toma nota de dos cuestiones principales. *Por una parte*, la comparación de la situación actual con la existente en el punto de partida de la formación del Mercosur, es decir, al tiempo de la firma, hace veinte años, del acta de Foz de Iguazú, por los presidentes Alfonsín y Sarney. *Por otra*, las asimetrías en las situaciones nacionales de los países miembros y su impacto sobre el proceso de integración.

Respecto de la primera cuestión, se observa el crecimiento de la participación de los intercambios intraregionales dentro del comercio exterior de los integrantes del sistema, el estrechamiento de las relaciones en todos los planos incluyendo la adopción de posiciones conjuntas frente al resto del mundo (como en el caso de ALCA y la OMC), la resolución definitiva de antiguas desin-

religencias entre Argentina y Brasil (como, por ejemplo, los objetivos del desarrollo nuclear) y la construcción de una infraestructura de transportes y energética compartida. Los avances son considerables y marcan una diferencia notable con la situación existente en el punto de partida.

En cuanto a la segunda cuestión, una estrategia de integración realista, debe atender a las situaciones existentes en los países miembros del Mercosur y, en una perspectiva más amplia, del espacio sudamericano.

En realidad, nunca antes, en la realidad de nuestros países y de sus relaciones recíprocas, se verificaron situaciones frente a las cuales la situación actual sea un retroceso. Más bien, todo lo contrario. Por otra parte, la historia contemporánea y el extraordinario éxito alcanzado por las potencias industriales emergentes en Asia demuestran que es posible zafar, de la subordinación y del atraso, en plazos históricos relativamente breves. Las circunstancias del orden global nunca han sido más favorables, para el desarrollo de nuestros países y su integración, que en la actualidad.

En conclusión, conserva plena vigencia la multiplicidad de acciones convergentes y posibles de nuestros países, en un espacio solidario, que sean funcionales a sus respectivos desarrollos nacionales, atendiendo a las circunstancias reales prevalecientes en cada uno de ellos.

Realidades del espacio regional

Recordemos, entonces, cual es la realidad existente en el Mercosur y el espacio sudamericano. La misma que encuadra históricamente el desarrollo de nuestros países y su integración. Existen dos rasgos principales que diferencian a este sub continente de otros espacios regionales y procesos de integración. A saber, la fragmentación social al interior de los países y las asimetrías existentes entre ellos.

La situación social y la densidad nacional

La fragmentación social es el problema heredado de la historia de la conquista, la esclavitud y la concentración de la propiedad. Después de dos siglos de la independencia de nuestros países de la dominación de España y Portugal, prevalecen aún problemas heredados del pasado. Estos no fueron resueltos por las corrientes inmigratorias del siglo XIX ni por los procesos de industrialización y transformación económica que, en mayor o menor medida, tuvieron lugar, en los países de la región, en su historia contemporánea. La desigualdad extrema prevaleciente en la distribución del ingreso y la riqueza, el desempleo,

la pobreza, las brechas de productividad de estructuras productivas desequilibradas, constituyen obstáculos fundamentales al desarrollo nacional de los países y la integración regional. Como lo destacó Raúl Prebisch en sus estudios sobre el capitalismo periférico, estos hechos promueven el desperdicio de recursos por el consumo conspicuo de los grupos sociales de altos ingresos, instigan el delito y la inseguridad, deprimen el ahorro, estrechan los mercados internos y regional y reducen las inversiones y el empleo.

La fragmentación extrema que caracteriza la realidad social sudamericana tiende a desvincular a las élites y grupos dirigentes de las propias bases sociales de sus países y a vincularlos, preferentemente, a actores foráneos. En tales circunstancias, las posiciones dominantes se consolidan en estructuras subordinadas a los intereses transnacionales antes que con la construcción de procesos nacionales de desarrollo. Vale decir, la retención en manos propias de los núcleos principales de la acumulación de capital y tecnologías y la gestión de los equilibrios macroeconómicos, que son esenciales para el empleo y la integración social.

Al mismo tiempo, estas conductas de las dirigencias tienden a racionalizarse incorporando la ideología predominante en los centros de poder transnacional. De allí la vigencia de las ideas de librecambio predominante después de la independencia hasta la crisis de los años 1930 y, más recientemente, de la ideología neoliberal, es decir, el fundamentalismo globalizador plasmado en el llamado Consenso de Washington. Es lo que Prebisch y la escuela estructuralista latinoamericana denominaron la subordinación intelectual al pensamiento céntrico.

La fragmentación social influyó también en la inestabilidad institucional de largo plazo que ha prevalecido en nuestros países. De allí los golpes de estado, el surgimiento de movimientos contestatarios violentos, la violación de los derechos humanos y, en definitiva, la dificultad de los sistemas políticos de construir caminos de desarrollo viables y estables, en el contexto de la democracia.

Estuvieron así ausentes, en mayor o menor medida según los países, elementos esenciales de la *densidad nacional*⁷⁴ (cohesión social, liderazgos nacionales, estabilidad institucional, pensamiento crítico), que son el fundamento de las políticas de desarrollo viables y exitosas. Es decir, de respuestas a los desafíos y oportunidades de la globalización consistentes con los intereses nacionales y la incorporación de la mayorías a los frutos del desarrollo.

74 A. Ferrer: La densidad nacional: el caso argentino. Capital intelectual. Buenos Aires, 2004.

Las asimetrías de tamaño y desarrollo

El segundo rasgo dominante de la realidad mercosureña y sudamericana, consiste en las asimetrías en la dimensión de los países y sus niveles relativos de desarrollo. Obsérvese a este respecto la situación del Mercosur. Dos de sus cuatro países fundadores, Argentina y Brasil, representan el 95% del territorio, la población y la actividad económica. La incorporación de Venezuela modificará parcialmente estas proporciones.

A su vez, entre los dos socios mayores, surgieron asimetrías estructurales fundadas en la desindustrialización relativa de la Argentina respecto del Brasil. Además, en virtud de sus propias realidades internas, los países sostienen estrategias de desarrollo y regulación macroeconómica distintas que pueden generar asimetrías en su competitividad relativa, por la modificación de las paridades cambiarias o fases distintas del ciclo económico. El comportamiento del intercambio argentino brasileño es ilustrativo a este respecto.

Al mismo tiempo, la vulnerabilidad financiera, reflejada en la situación crónica de endeudamiento y las diversas estrategias para enfrentarla, genera políticas distintas de ajuste e introduce restricciones a la autonomía de las políticas nacionales. Estos hechos reducen el espacio para formular políticas comunitarias y de coordinación macroeconómica.

Los tres planos de la integración

Dadas estas realidades, es preciso evitar reclamarle al Mercosur y a la integración del espacio sudamericano, lo que, al menos en el futuro previsible, no puede proporcionar. A tales fines, debe recordarse que la integración se despliega en tres planos: la situación interna de los países, las reglas del juego de la integración y la proyección conjunta hacia el resto del mundo. Detengámonos, brevemente, en cada uno de estos tres planos.

Las situaciones nacionales

El avance de la integración depende, en gran medida, de materias propias de la situación interna de los países y que solo tienen resolución dentro de cada espacio nacional. Tales, por ejemplo, las políticas sociales para elevar el nivel de vida y ampliar el mercado interno, las políticas macroeconómicas para consolidar la gobernabilidad del presupuesto, la moneda y el balance de pagos, las reglas del juego necesarias para abrir espacios de rentabilidad que fortalezcan la

competitividad e impulsen la inversión y el empleo.. En realidad, la mayor parte de los conflictos al interior del Mercosur obedecen a problemas internos de los países, a sus dificultades para resolver cuestiones como las mencionadas, las cuales, inevitablemente, se proyectan a la esfera regional.

La gravedad de la situación social aumenta la complejidad de la integración regional y no puede ser abordado, como sucedió en el caso de la Unión Europea, con programas comunitarios de vasto alcance, financiados por los países más grandes y desarrollados, para atender a las zonas rezagadas y a los sectores sociales vulnerables de los países miembros.

Cada uno de nuestros países procesa los cambios en curso conforme a su potencial de recursos disponible pero, también, por sus realidades internas. Vale decir, la cohesión social, la distribución del poder y la calidad de los liderazgos, la fortaleza de las instituciones y la capacidad de arbitraje del sistema político para contener los conflictos en límites manejables. Estos elementos, que componen lo que podemos llamar la *densidad nacional*,⁷⁵ son determinantes de los carriles por los cuales cada uno de nuestros países genera y procesa los reclamos de sus propias sociedades por más bienestar y menos desigualdad. De allí la diversidad de caminos que están adoptando los gobiernos de la región, aún estando en sintonía en una inclinación generalizada hacia políticas más progresistas.

El análisis comparado de las situaciones nacionales contribuye a explicar las divergencias en las políticas adoptadas por Argentina y Brasil. En este, en la actualidad, los objetivos sociales del Gobierno del Presidente Lula se insertan en una política financiera rigurosamente ortodoxa, reveladora de la solidez del dominio de los grupos económicos hegemónicos, en particular del sector financiero, que prolonga su influencia sea cual fuere la fuerza política en el gobierno. Esta situación es una condición de la relativa estabilidad de largo plazo de la política y los objetivos económicos del Brasil pero, también, una restricción a la transformación necesaria. Vale decir, el logro de una tasa de crecimiento a la altura de la extraordinaria dotación de recursos materiales y humanos del país y de la necesidad de resolver la desigualdad y la pobreza prevalecientes.

En el caso argentino, el reparto del poder está menos consolidado y, por eso, tradicionalmente, los cambios políticos suelen ser acompañados de tensiones

75 A. Ferrer, id.

extremas y cambios radicales de rumbo, que se reflejan en la inestabilidad de largo plazo del sistema. Este rasgo de la realidad argentina contribuye a explicar como el país pudo pasar del paradigma desarrollista que prevaleció hasta el golpe de estado de 1976, a la hegemonía neoliberal que culminó con las políticas de la década de 1990 y, de aquí, a las políticas del Gobierno del Presidente Kirchner, inspiradas en una visión nacional, desarrollista, progresista. No se trata de cambios superficiales sino de desplazamientos drásticos de las políticas públicas, con efectos profundos en la asignación de los recursos, la estructura productiva, la inserción internacional y la distribución de la riqueza. E, inevitablemente, también en el comportamiento de la Argentina dentro del Mercosur.

Las reglas del juego de la integración

Respecto de este segundo plano, debe recordarse que la integración es útil en cuanto instrumento de los países para impulsar su desarrollo nacional y fortalecer su posición en el escenario global. Sus reglas del juego deben ser, por lo tanto, consistentes con tal objetivo y distribuir, en todo el espacio regional, los beneficios de la aplicación de la ciencia y la tecnología. Esto implica la formación de economías nacionales diversificadas y complejas y una división del trabajo basada en la especialización intraindustrial. La integración necesaria y posible es incompatible con la formación, al interior del Mercosur, de un modelo centro-periferia que concentre, en cualquiera de los países, las actividades de mayor densidad tecnológica y reduzca al resto a la función de proveedores de productos primarios.

De este modo, las reglas del juego de la integración del Mercosur, deben ser compatibles con el desarrollo el Brasil, la reindustrialización de Argentina y la apertura de espacios de rentabilidad para Paraguay y Uruguay para ampliar su acceso al mercado regional y acelerar su transformación productiva. Lo mismo es válido para la integración más amplia en el espacio sudamericano.

Posicionamiento frente al resto del mundo

Por último, la integración se proyecta al escenario global a través de la concertación de posiciones conjuntas en los foros multilaterales como la OMC, las negociaciones con Estados Unidos, la Unión Europea y las potencias emergentes en la cuenca de Océano Pacífico y, también, en cuestiones críticas como las de seguridad, protección del medio ambiente, emergencias sanitarias y la lucha contra el narcotráfico.

En América Latina, la integración esta condicionada por las diversas estrategias de los países respecto de su inserción con el resto del mundo, particularmente con los Estados Unidos y la Unión Europea. El Tratado de Libre Comercio de Mexico con Estados Unidos y Canadá, es el caso más notable. Cuando un país establece relaciones especiales, a través de acuerdos de libre comercio, particularmente con las potencias industriales mayores, reduce el campo de la integración posible con los otros países de la región en la esfera de las preferencias comerciales recíprocas y cuestiones críticas como el tratamiento de la propiedad intelectual, los movimientos de capitales y las compras públicas. En este sentido, el espacio donde se ha preservado la mayor libertad posible en el establecimiento de los cauces de la integración regional, es el Mercosur. La situación quedo expuesta en el diferendo de la Cumbre Presidencial de Mar del Plata, noviembre 2005, respecto de la formación del ALCA. Por esto mismo, en el Mercosur se expresan con mayor claridad los conflictos y convergencias que emergen de las situaciones nacionales y de la integración, en un contexto mundial globalizado.

La convergencia de los tres planos de la integración

Es en este escenario de profundas asimetrías nacionales y dentro de la región, en donde se despliegan, simultáneamente, los tres planos de la integración. No existe una secuencia cronológica entre las acciones en las tres esferas. Cuanto más se consoliden las situaciones nacionales mas fluídos serán los intercambios, cuanto más flexibles y realistas las normas mejor serán las respuestas frente a los cambios en las situaciones nacionales y, finalmente, cuanto más solidaria sea la proyección conjunta en el escenario global, más libertad de maniobra tendrán las políticas nacionales y comunitarias.

Considerar la existencia de esos tres planos en que se despliega el Mercosur es esencial para identificar el origen de las controversias y poder resolverlas. Por ejemplo, la asimetría de las estrategias de desarrollo seguidas por Argentina y Brasil durante prolongados períodos, generó una división del trabajo en el intercambio bilateral con rasgos del modelo centro periferia, con Argentina en la posición predominante de abastecedor de bienes de menor contenido relativo de tecnología y valor agregado. La asimetría se expresa en sectores como el automotriz, bienes de capital, electrodomésticos, informática, telecomunicaciones, calzado y textiles. Una vez que Argentina resuelve cambiar el rumbo e impulsar sus reindustrialización, necesariamente debe cambiar la dinámica y el

contenido de comercio bilateral. Se comprende que si las reglas del juego de Mercosur son incompatibles con la nueva situación argentina, deben adaptarse para renovar la vigencia de la integración en el nuevo escenario. Este es el sentido del MAC, recientemente acordado por Argentina y Brasil.

Lo mismo sucede con la situación de los países de menor dimensión para los cuales, también, el Mercosur es una opción válida en la medida en que contribuya a sus desarrollos nacionales.

Aclarar estas cuestiones es vital para el futuro del Mercosur. Esta adecuación de las reglas del juego de la integración para responder a las asimetrías y a los cambios en las realidades nacionales, puede entenderse, según se la observe desde las perspectivas ideal o posible, como un fracaso de la integración o como un éxito.

Si se ve como un fracaso es porque se supone que, dadas las reglas existentes, la integración consiste en dejar librado a la aparente irreversibilidad de las asimetrías y a las fuerzas del mercado, el curso de los acontecimientos. En consecuencia, cualquier corrección de las normas que restrinja o reoriente el intercambio, es visto como un retroceso y, aún el anticipo del final del Mercosur. Se trata de una visión reducida al contenido comercial de la integración, que es insuficiente para comprender y administrar el proceso.

En cambio, si la integración se concibe como una combinación virtuosa de fuerzas del mercado y políticas públicas que armonizan los intereses de los países miembros, el caso del MAC, por ejemplo, puede entenderse como un éxito del Mercosur, revelador de la lucidez de las dirigencias de ambos países para preservar el objetivo estratégico, reconociendo el cambio de las circunstancias internas de sus países miembros.

Es claro que las adaptaciones no pueden ser discrecionales y deben surgir de negociaciones entre las partes, para preservar la máxima estabilidad posible de las normas. Esto es indispensable para fortalecer la competencia en el mercado ampliado y la competitividad sistémica de las producciones nacionales de bienes transables, en el mercado regional y el resto del mundo. Pero un sistema inflexible, si entra en conflicto con objetivos irrenunciables de los países miembros, se rompe.

La agenda futura del Mercosur

El Mercosur sigue siendo el emprendimiento más profundo de la integración latinoamericana y conserva potencial de crecimiento, siempre y cuando se sostenga sobre el impulso al pleno desarrollo de sus países miembros.

El futuro del Mercosur depende, en gran medida, de dos condiciones básicas. Por una parte, comprensión y tolerancia entre Argentina y Brasil para procesar los cambios en sus respectivas situaciones nacionales y, por otra, acuerdos para ampliar las oportunidades que el Mercosur ofrece a Paraguay y Uruguay.

Es preciso construir el *Mercosur posible*, avanzando con firmeza en las amplias fronteras abiertas a la convergencia entre nuestros países. Desde esta perspectiva, surgen diversas cuestiones prioritarias. Como las siguientes:

Las instituciones

Acerca de la conducción del proceso, conviene recordar que las asimetrías de tamaño de los países miembros, en un sistema de solo cuatro integrantes y, previsiblemente, cinco, impiden establecer, al estilo de la Unión Europea, instituciones supranacionales de integración en las cuales delegar, por ejemplo, la solución de las controversias o el establecimiento de políticas comunitarias. El Mercosur requiere, como condición necesaria, el acuerdo de Argentina y Brasil, cuya convergencia durante los gobiernos de Alfonsín y Sarney, constituye la piedra fundacional del sistema. Pero existe un espacio importante para el fortalecimiento de las instituciones del Mercosur. En tal sentido, acuerdos recientes son significativos e importantes, como la creación del Tribunal Permanente de Revisión, el proyectado Fondo para la Convergencia Estructural y el Fortalecimiento Institucional del Mercosur y la instalación del Parlamento como un instrumento importante del andamiaje del sistema. Es preciso, asimismo, la incorporación de la normativa Mercosur dentro de los regímenes legales y administrativos de los países miembros.

Las prioridades

Convendría concentrar las acciones en los puntos críticos del sistema. Es decir, aquellos con mayor potencial de derrame sobre el desarrollo de los países y la misma integración. Tal, por ejemplo, la infraestructura de transportes y comunicaciones y, en particular, la energética. Más allá del gas, el petróleo y la hidroelectricidad, otras fuentes de energía ofrecen inmensas posibilidades de integración, como es el caso de la energía nuclear. En este terreno, la complementación del parque nucleoelectrico de Argentina y Brasil, con cuatro centrales en operación y dos en construcción, ofrece una inmensa posibilidad de desarrollo, con derrames en los sistemas nacionales de ciencia y tecnología. Este fue el

objetivo de la creación de la AABAEN (Agencia Argentino Brasileña de Cooperación en Energía Nuclear), durante mi desempeño en la Presidencia del Directorio de la Comisión Nacional de Energía Atómica.

La programación sectorial

Los acuerdos sectoriales de integración industrial, como el de bienes de capital, constituían un instrumento clave de los acuerdos bilaterales firmados por los presidentes Alfonsín y Sarney. Tenían el objetivo de abrir espacios de rentabilidad en todos los países miembros, impulsar las inversiones y promover la especialización intraindustrial. Esta estrategia fue abandonada una vez que, bajo las presidencias de Menem y Collor, el proceso fue delegado, en las fuerzas del mercado, en un cronograma acelerado de desgravación lineal y automática del universo arancelario. Es decir, ignorar la realidad e intentar construir el Mercosur ideal proceso que, inevitablemente, terminó en los conflictos posteriores.

Reactivar la programación del desarrollo industrial conjunto a través de acuerdos en sectores claves, como bienes de capital, informática, telecomunicaciones y biotecnología, celulosa y papel, abriría espacios de rentabilidad que atraerían, en primer lugar, a empresas y recursos regionales, cuyo protagonismo es esencial para la consolidación del Mercosur. Contribuiría, también, en la resolución de los litigios planteados en diversos bienes por las asimetrías existentes en las capacidades productivas nacionales y en la composición del intercambio.

Lo mismo cabe afirmar respecto de la programación de la integración científica y tecnológica, en donde es preciso reactivar objetivos de los acuerdos bilaterales argentino brasileños, como fueron los referidos a biotecnología e informática. La cooperación en materia de defensa y equipamientos militares fabricados en la región, se ubica en el mismo contexto de la programación sectorial en áreas claves. Asimismo, la afinidad cultural entre los pueblos de la región, ofrece un inmenso espacio de posibilidades para emprendimientos conjuntos de respaldo a las múltiples expresiones de la creatividad, universalmente reconocidas, de nuestras sociedades.

Comercio

En materia comercial, la flexibilidad recomendable de las normas, para atender los cambios de circunstancias en los países miembros, debería ser acompañado por la simplificación y transparencia de las excepciones al Arancel Externo Común (AEC) y los regímenes de admisión temporaria y de zonas francas. Es pre-

ciso construir un espacio aduanero común evitando cobrar dos veces el AEC cuando un bien pasa de un país a otro como, tema en el cual se han registrado recientes avances positivos. Es necesario, también, armonizar la aplicación de las normas sanitarias para evitar su utilización como método encubierto de restricción al comercio. Las normas de origen, propias de las zonas de libre comercio e impropias de una unión aduanera, deben ser administradas con prudencia para asegurar que el comercio se refiera a bienes efectivamente de origen regional y, al mismo tiempo, evitar que se conviertan en obstáculos al intercambio. Es preciso armonizar, también, los regímenes de incentivos a la radicación de inversiones y al fomento de las exportaciones, que distorsionan la competencia e impide la participación equitativa de los países miembros en los frutos de la ampliación del mercado.

Políticas macroeconómicas

Es improbable que pueda avanzarse en la coordinación de las políticas macroeconómicas por las diferencias de las situaciones internas de cada país. Las mismas se reflejan en las asimetrías de las paridades cambiarias, las tasas interés, el nivel de la actividad económica y la evolución de los precios. La experiencia comparada de Argentina y Brasil, revela como las respectivas situaciones macroeconómicas, a través, principalmente, de los cambios en el nivel de actividad y la modificación de la paridad del peso y el real, repercuten en las corrientes de comercio bilateral y de inversiones privadas directas extranjeras.

Es improbable, al menos en plazos previsibles, que se logre armonizar el comportamiento de las paridades del peso y el real, las tasas de interés y la evolución del nivel de actividad, a través de la coordinación de las políticas fiscal, monetaria y de balance de pagos. Cabe esperar que las asimetrías en las variables macroeconómicas continúen modificando las condiciones de competitividad y las corrientes de intercambio. Serán otros instrumentos los que deban emplearse para preservar los equilibrios dentro del sistema y el reparto equitativo de los beneficios de la integración. Ente ellos, el uso prudente de cláusulas de salvaguardia, la programación conjunta de inversiones en el seno de los acuerdos sectoriales, incluyendo programas comunes de inversión pública y el crédito para proyectos compartidos. Sobre esto último está pendiente la iniciativa de crear una institución financiera de desarrollo del Mercosur o, alternativamente, programas de cooperación entre los bancos públicos y privados para el financiamiento de proyectos comunitarios y el intercambio.

La aparente inviabilidad de la coordinación de las políticas macroeconómicas no impide avanzar, dentro de ciertos límites, con la iniciativa de crear una moneda común aplicable, inicialmente, para los intercambios de bienes y servicios, incluyendo el turismo. La existencia de una moneda común para tales fines contribuiría a la formación del espíritu comunitario

Empresas locales e inversión extranjera

Una de las más importantes contribuciones potenciales del Mercosur, al desarrollo de los países miembros, es fortalecer el papel de las empresas locales en las inversiones y el intercambio intraregional. Las filiales de las corporaciones transnacionales que operan en la región, tienen una política de su posicionamiento en el área que refleja la visión estratégica de sus respectivas matrices. Cuentan, así, con una ventaja competitiva respecto de las empresas locales, cuyo rol debe y puede ser fortalecido. A tales fines, son necesarios la armonización de los regímenes de inversión extranjera e incentivos para la proyección regional de empresas locales y la formación de empresas de capital mercosureño. Los acuerdos sectoriales de integración contribuirían a ofrecer a las firmas locales una visión regional para la toma de decisiones.

Por último, esta enumeración parcial de las áreas de la agenda de avance del Mercosur, incluye la liberalización del tránsito de ciudadanos de los países miembros, la armonización de los regímenes laborales y el reconocimiento, bajo pautas acordadas, de títulos expedidos por las instituciones académicas regionales.

El caso de las papeleras de Fray Bentos

El actual diferendo argentino uruguayo en la materia, puede ser observado en el contexto de las reflexiones anteriores. Argentina reclama seguridades sobre la viabilidad ecológica de los proyectos y la defensa del medio ambiente de un espacio compartido entre los dos países. Del lado uruguayo, no se desconoce la necesidad de dar plenas garantías a la Argentina sobre la cuestión ambiental, sin limitar su derecho soberano de promover las inversiones y el desarrollo. Sobre la cuestión se plantean dos interrogantes principales:

Primero: ¿Cómo es posible que, en un espacio compartido, proyectos de gran escala que afectan al desarrollo y al medio ambiente de toda la región, puedan ser llevados hasta un avanzado nivel de ejecución sin acuerdo previo entre los países?.

Segundo: ¿Por qué estos proyectos se despliegan en la forma tradicional de la inversión privada directa, con la extranjerización lisa y llana del control de las firmas, siendo que es posible concebir empresas con participación decisiva de capitales propios, argentinos, uruguayos y mercosureños, con el aporte complementario necesario de las empresas extranjeras?

La respuesta es clara: esto sucede porque el Mercosur abandonó el empleo de la programación del desarrollo industrial de la región, en los sectores claves (como lo es el de celulosa y papel), que estaba previsto y puesto en práctica (en el sector de bienes de capital) en los acuerdos bilaterales argentino-brasileños, durante las presidencias de Alfonsín y Sarney. El instrumento quedó contemplado en el Tratado de Asunción pero no puesto en práctica.

Imaginemos un escenario distinto del desarrollo de las papeleras de Fray Bentos, en el contexto de una estrategia compartida de desarrollo industrial. Uruguay toma la iniciativa de desarrollar inversiones en el sector y lo acuerda con Argentina en un espíritu de abrir nuevas oportunidades a los socios de menor dimensión del Mercosur. Empresarios de la región, que no nos faltan, seguramente propondrían la formación de una empresa integrada con el tejido industrial y tecnológico del Mercosur, movilizándolo el aporte extraregional de tecnología y financiamiento que fuera necesario, pero manteniendo el control de las firmas. En tal caso, contribuiríamos a construir capitalismo nacional en Argentina y Uruguay y, al final, un capitalismo mercosureño, con el pleno desarrollo industrial y tecnológico de los países miembros, con empleo de calidad, sin pobres y con equidad.

Las papeleras de Fray Bentos son un resabio del viejo modelo centro periferia. Vale decir, la extracción de recursos naturales de nuestros países, bajo la gestión de filiales de empresas extranjeras, destinada a la exportación al mercado mundial. Este modelo, como lo revela la experiencia, no resuelve el problema del desarrollo sustentable. Uruguay, ni la Argentina, serán prósperos si predominan este tipo de inversiones y, de paso, pueden enfrentar problemas como los actuales, en un diferendo inconcebible y absurdo entre argentinos y uruguayos. Esta historia no debería repetirse y debe dejar enseñanzas fecundas para el futuro.

Lo mismo puede decirse de otros diferendos, como el planteado en electrodomésticos, calzados, textiles y otros bienes, entre Argentina y Brasil. Estas cuestiones tienen también un *contenido manifiesto*, al cual atiende el reciente MAC. Pero el *contenido latente* es que el Mercosur solo es útil a sus miembros como una herramienta efectiva de su propio desarrollo. Dadas las asimetrías exis-

tentes, de tamaño y nivel relativo de desarrollo, el mercado, librado a sus propias fuerzas, multiplica los conflictos y, en definitiva, lleva al desencuentro y la parálisis. Deben así introducirse las políticas públicas comunitarias en el Mercosur, entre las cuales, la programación industrial y los proyectos compartido figuran entre los principales instrumentos disponibles.

Conclusiones

La fragmentación social y las asimetrías prevalecientes en el Mercosur y el espacio sudamericano, contribuyen a explicar la diversidad de las políticas de Argentina, Brasil, Chile, Uruguay o Venezuela, cuyos gobiernos, en la actualidad, están motivados por un impulso renovador y progresista.

Las conclusiones distan de ser pesimistas si los resultados alcanzados, hasta ahora, por el Mercosur y otros vínculos intrasudamericanos, se comparan con la situación pre existente, en el pasado. Vale decir, con las relaciones entre nuestros países al tiempo del despegue de la convergencia de Argentina y Brasil y, por lo tanto del Mercosur, en el Acta de Foz de Iguazú de 1985. Tal comparación revela que, desde entonces hasta ahora, se han conseguido avances notables en planos múltiples, incluyendo comercio, inversiones, solidaridad democrática y posicionamiento internacional. Es así preciso, descartar la visión de la *integración ideal* del Mercosur y del espacio sudamericano, rescatar lo logrado y, sobre todo, desplegar una estrategia realista, profunda y plena de integración de nuestros países, atendiendo a la realidad existente y no a las fantasías.

En la actualidad, prevalecen en la región, gobiernos, en cuyas agendas, la cuestión social es, comprensiblemente, prioritaria. Cada país procesará los reclamos de sus sociedades conforme a sus propias realidades. Se trata de un problema central del desarrollo nacional que influye en la integración regional, pero son cuestiones de la esfera interna de cada país.

En el sendero de transformación, que cada país construirá a su manera, la integración regional conserva un potencial considerable para ampliar los mercados, coordinar complejos productivos, desarrollar la infraestructura compartida, promover la ciencia y la tecnología y concertar posiciones conjuntas frente al orden mundial, en cuestiones críticas que nos conciernen, como la paz y la seguridad, la defensa del medio ambiente, la lucha contra la drogadicción y el narcotráfico y las reformas en los regímenes de comercio, propiedad intelectual y financiero internacionales.

Es así preciso descartar el pesimismo fundado en supuestas nuevas fragmentaciones entre nuestros países y el aparente fracaso de proyectos ideales de integración, que eran de partida inviables, en el contexto de las realidades prevalecientes en la región. Sobre la base de la apreciación objetiva de los hechos, es necesario e impostergable construir el Mercosur y la integración sudamericana posibles, en los múltiples espacios de convergencia abiertos en la actualidad, que son muchos más amplios y fecundos que en cualquier otro momento de nuestra historia común (Buenos Aires, julio 2006).

CARLOS TIBURCIO. Muito obrigado, professor Aldo Ferrer, e agora vamos ouvir o professor Helio Jaguaribe.

HELIO JAGUARIBE. Estimados membros da mesa, senhoras e senhores. Antes de uma breve exposição de minhas idéias a respeito da problemática que me foi incumbida, cabe mencionar o fato de que ademais de aqui estar a título pessoal, como membro do Centro Celso Furtado e como um dos expositores da temática que me foi distribuída, estou representando, por designação do seu presidente, a Academia Brasileira de Letras. Gostaria de iniciar com uma breve clarificação dos conceitos que estão atrás de duas expressões, América Latina e América do Sul. Essas duas realidades freqüentemente são apresentadas como intercambiáveis, e em grande medida já o foram. Atualmente não creio que se possa mais manter essa posição. É importante então fazer uma distinção fundamental. O que é América Latina? América Latina é essa imensa comunidade cultural que vai do México à Patagônia e que faz de sorte que os países neo-ibéricos tenham uma profunda identidade cultural, cuja essência provavelmente seria uma feliz e crescente combinação entre uma vocação humanista e uma capacidade tecnológica. Essa associação do legado humanístico com a tecnologia é um dos privilégios da cultura latino-americana. Sem dúvida, essa cultura, que tem três pilares fundamentais — México, Brasil e Argentina — já não reúne possibilidades de ser uma instituição política e economicamente operacional, e isso em virtude da adesão do México ao Tratado de livre-comércio do Norte (Nafta), que vinculou definitivamente a economia mexicana à economia norte-americana. Mais de 80% das relações comerciais do México com o exterior se fazem com os Estados Unidos. O México se tornou uma área da influência econômica norte-americana. A América do Sul ainda dispõe de uma satisfatória — embora fortemente declinante — capacidade de autonomia. E é isso

que faz com que a integração latino-americana se constitua numa condição *sine qua non* para preservar o destino histórico de cada um de seus países e a identidade nacional de seus povos.

Mencionaria muito rapidamente o fato de que nas condições atuais o processo de globalização exacerbado pelo unilateralismo imperial dos Estados Unidos está reduzindo crescentes parcelas do mundo a se converterem em meros segmentos indiferenciados do mercado internacional e em províncias do império americano. Este império é *sui generis*, pois diferentemente dos impérios históricos, do romano ao britânico, não é um império que consista em formalizar a sua presença nas áreas sob sua dominação. Não há vice-reis americanos. O império americano opera como um campo no sentido em que nós falamos de campo magnético ou campo gravitacional; um conjunto de constrangimentos econômicos, políticos, financeiros, culturais, quando necessário, militares, opera de tal sorte que a possibilidade de decisões autônomas vindas das áreas que se tornaram parte do campo — desse grande campo gravitacional que são os Estados Unidos — perderam efetiva capacidade de autodeterminação. Elas mantêm os símbolos, bandeira nacional, hino, exército em parada, e sociedades democráticas, persistem as eleições, mas a possibilidade de decisões autônomas está extremamente cerceada pela inserção dessas sociedades no mercado internacional, e pela subordinação delas, em última análise, às diretrizes de Washington.

Como podem os países da América do Sul escapar a este destino, que já ameaça claramente diversos dos países da nossa região? Não vou, por questões de brevidade de tempo, enumerar os aspectos de crescente perda de autonomia que se pode manifestar em todos os países da região, e em alguns de uma maneira já agora alarmante. A verdade, como nos mostra o exemplo europeu, é que somente uma integração à semelhança daquela que a União Européia logrou, passando por várias etapas, permite que países que não estão em condições de sustentar isoladamente a sua independência diante do processo de globalização e americanização do mundo, persistam conservando o destino e a identidade nacional própria.

A integração da América do Sul é a condição *sine qua non* para que os países sul-americanos logrem preservar a margem de autonomia de que ainda dispõem, e logrem incrementá-la de maneira significativa. Essa integração, sem embargo, se defronta com vários problemas, alguns de caráter político, outros de caráter técnico-financeiro. Mencionaremos sumariamente esses principais problemas. Do ponto de vista político, observamos fundamentalmente três aspectos: o primeiro

é o fato de que na América do Sul alguns países, como ocorre notadamente com os países andinos, não lograram incorporar a maioria da população à sua cidadania. Daí esses gigantes problemas indígenas que estão aparecendo na Bolívia, que existem no Peru e no Equador e, é claro, em escala um pouco menor, na Colômbia. Esses países sofrem de uma dificuldade de constituir de maneira consistente o seu Estado nacional. O segundo problema com que se defrontam esses muitos países da América do Sul é o fato de que — sobretudo a costa pacífica — encontram uma forte dependência com relação aos Estados Unidos. O Chile se negou a entrar no Mercosul, por razões de diferenças das tarifas — entre as tarifas mais baixas que o Chile adotou e as mais elevadas do Mercosul —, o que é um fato, mas que seria solúvel, não fosse a vontade do Chile de ter uma relação mais íntima com os Estados Unidos, muito mais vinculada à economia americana, do que o Mercosul permite. Algo de semelhante acontece em todos os países da costa pacífica e de forma também muito significativa na Colômbia, em virtude desse terrível flagelo que assola a Colômbia: a associação entre o narcotráfico e uma guerrilha revolucionária, que a dotou de condições financeiras extremamente importantes, de tal sorte que uma parcela significativa do território colombiano escapa ao controle do Estado.

Uma integração da América do Sul tem que levar em conta o fato de que temos, de um lado, países que não lograram consolidar o seu Estado nacional e, de outro, os que estão vinculados a uma associação muito íntima com os Estados Unidos, o que não permite que a sua independência seja comparável àquela a qual aspiram e até certo ponto está sendo realizado pelos países que integram o Mercosul.

Uma efetiva integração sul-americana tem de levar em conta a necessidade de ultimar a construção do Estado nacional dos países andinos; também o fato de que os países da costa pacífica têm preferências por uma associação mais íntima com os Estados Unidos; e, ainda, convém considerar — o que foi muito bem salientado pela magnífica exposição de Aldo Ferrer — o fato de que todos os países da região continuam com dificuldades de estabelecer o sistema econômico satisfatoriamente equitativo para a totalidade da população. As diferenças de renda e educação na América do Sul, embora muito menores na Argentina do que nos demais países, continuam sendo extremamente graves, e num país como o Brasil é simplesmente alarmante. Portanto, a necessidade de consolidar o Estado nacional, ou de criá-lo de fato, é um problema com o qual se defronta a integração sul-americana.

A integração também se defronta com problemas físicos muito importantes. A verdade é que até hoje a comunicação entre os países sul-americanos, frequentemente, só é viável passando pelos Estados Unidos. É preciso ir a Miami para ir a uma cidade do Equador. É preciso comunicar-se com Nova York para ter acesso a outros países, em suma, os países sul-americanos não lograram estabelecer uma rede de comunicações, de transportes, de facilidades de transmissão energética minimamente compatível com os seus objetivos de integração. Estamos, portanto, diante de problemas muito complexos. É possível dar uma solução a estes problemas. Desejaria salientar que a adesão da Venezuela ao Mercosul representa um passo extremamente importante na direção da integração sul-americana. De fato, se considerarmos o sistema que acaba de ser constituído, o Mercosul já representa a quase integração da América do Sul. O que está fora do sistema do novo Mercosul são pequenos países, com exceção do Chile. De certa maneira, este grande Mercosul que resultou da adesão da Venezuela criou algo que eu estimaria como quase 80% da integração sul-americana, o que é um fato extremamente importante.

Ante essas circunstâncias, um par de considerações. Começemos inicialmente pelas relativas ao próprio Mercosul. Como já foi abordado por Aldo Ferrer, o Mercosul se depara com o desnível entre as intenções integracionistas, comuns a todos os partícipes, e o fato de que assimetrias de várias naturezas estão dificultando a conversão dessa integração, digamos declaratória, numa integração efetiva. As assimetrias são grandes, mas não são insusceptíveis de correção. Há alguns pontos muito positivos no sentido de corrigir as assimetrias, como acordos que acabaram de ser consolidados entre Argentina e o Brasil, e que compensam o relativo desmontamento da indústria argentina por essa loucura neoliberal que ocupou o nosso país irmão durante tantos anos. Eu creio, portanto, que há possibilidades efetivas e não apenas retóricas de que se compensem os efeitos negativos das assimetrias.

A principal condição para que o Mercosul, e de um modo geral a América do Sul, logrem uma integração efetiva consiste na conversão da aliança argentino-brasileira, do nível ainda excessivamente declaratório em que se encontra para um nível altamente operacional. E aí, mais uma vez, os pontos em que essa integração se deve fazer incluem uma articulação das cadeias produtivas, a existência de um sistema de produção que traduza um programa industrial comum. Este, por razões de factibilidade, deve ser traçado entre o Brasil e a Argentina.

Somente na medida em que haja um programa industrial comum extensivo à América do Sul se poderá falar de uma verdadeira integração.

Mas há outros aspectos que é preciso considerar e que são delicados. O primeiro é como compatibilizar o processo integrativo com reivindicações nacionais de Estados como os andinos, que não lograram, no período histórico que nos precede, consolidar satisfatoriamente o seu Estado nacional. O caso das nacionalizações bolivianas põe isso em jogo de uma maneira muito clara. E a esse respeito creio que compete a nós, os intelectuais, nos congratularmos com presidente Lula, pela maneira como ele está conduzindo esse impasse. Com toda a correção, Lula distinguiu entre o direito nacional boliviano de nacionalizar seus bens naturais e os interesses da Petrobras como empresa. Lula disse que o Estado brasileiro não interviria no caso da Petrobras. A Petrobras negociará diretamente com o governo boliviano. O que é importante é o fato de que o governo brasileiro não interveio no sentido de apoiar a Petrobras, de pressionar a Bolívia e de criar situações embaraçosas para a nacionalização boliviana. Ou seja, o governo brasileiro demonstrou que é possível uma política integracionista sul-americana com a preservação das particularidades de certos países que necessitam ultimar processos de construção nacional.

O caso da Bolívia é exatamente isso. Um país que não logrou historicamente uma efetiva construção do seu Estado nacional e está tentando fazê-la através das políticas que vêm sendo adotadas por Morales. O Brasil deve apoiar isso. Mas deve fazer uma diferença entre o que é política de Estado e o que é política de preços. Importaria também levar em conta, a respeito desses aspectos operacionais da América do Sul, a necessidade de se estabelecer o tipo de liderança que seja favorável. Um dos inconvenientes da política externa brasileira desses últimos tempos — que tem sido extremamente correta na definição dos seus rumos — é a tendência a achar que é óbvia a liderança brasileira na promoção do desenvolvimento sul-americano. Nenhuma liderança é óbvia. As lideranças só podem surgir por delegação expressa ou implícita e, portanto, só é possível se promover a consolidação de Mercosul e a subsequente integração da América do Sul se houver uma estreita concertação.

Como já foi observado por Lula, de todos os dirigentes do mundo Chávez é o mais eleito. Chávez submete constantemente a sua autoridade a eleições. É um ditador? Não. Mas evidentemente ele utiliza uma forma crescentemente plebiscitária da democracia e procede a um exercício autoritário nos seus mandatos ele-

tivos. Sem dúvida, estou convencido de que um homem com a inteligência de Chávez e o seu extraordinário dinamismo aceitaria participar de uma tríade de liderança orientada para o bem comum sul-americano — argentina-brasileira-venezuelana — sob pena de ficar reduzido a um papel menor de caudilho andino. O grande impulso dinâmico que Chávez tem trazido para uma concertação com a Argentina e com o Brasil permitirá dinamizar de uma maneira extremamente eficiente a integração sul-americana.

Terminaria essas considerações com dois tipos de observações. Por um lado, observações a respeito de como é possível compatibilizar um projeto de mais marcante autonomia e a tendência de alguns países sul-americanos de manterem com os Estados Unidos uma política mais aberta. Eu creio que essas duas posições são compatíveis na medida em que nós tornarmos muito clara a diferenciação entre a consolidação da comunidade sul-americana de nações e a manutenção e consolidação de Mercosul. As duas entidades são reciprocamente compatíveis. O Mercosul constitui uma aspiração, um projeto de autonomia mais marcante, equivalente ao projeto de autonomia da União Européia. Os países andinos e o Chile têm uma atitude menos autônoma, relativamente à grande potência.

Nossa integração mercosulista e sul-americana só será possível se, como já tive ocasião de dizer, houver o programa industrial comum, que é absolutamente fundamental em todos os aspectos; e também se convertermos o projeto de integração física numa realidade operacional. E aí, entram os custos. Não existem comunicações apropriadas tanto de transportes como de transmissão energética entre os vários países da América do Sul. Deve-se desenvolver um gigantesco programa de integração física da América do Sul, sem o qual a integração será sempre retórica. Como enfrentar essa gigantesca tarefa? Creio que ela só pode ser enfrentada se for gradual no tempo. Estabelecer projetos de gradual incremento da integração sul-americana, por um lado, e, por outro, caminharmos o mais rapidamente possível para a formação de um sistema bancário sul-americano. Nós necessitamos de um banco de Mercosul, que será, posteriormente, o Banco da América do Sul. Este banco é viável, como já foi mencionado, com uma participação de reservas significativas dos países sul-americanos do Mercosul. Se levarmos em conta que, concomitantemente, o projeto de integração física da América do Sul conta com a formal adesão do BID, e que esse banco assumirá uma parcela significativa de financiamento dos custos — se criarmos, nós do Mercosul, uma contrapartida correspondente

àquela que o BID está preparado para nos dar — a exequibilidade do projeto se torna uma realidade.

A História é algo que se passa muito rapidamente. É uma sucessão de etapas. Há países e povos que sabem utilizar fases que lhes são propícias e outros que não sabem. As grandes civilizações orientais não souberam se valer da navegação transatlântica nem da industrialização e se tornaram membros do Terceiro Mundo até o nosso século. Somente agora, e isso de uma maneira extraordinária, China e Índia estão logrando recuperar o espaço perdido. Seremos capazes de recuperar o espaço perdido se nós da América do Sul não nos integrarmos oportunamente e não consolidarmos este Mercosul ampliado com Venezuela? Confesso que tendo a dar uma resposta negativa, porque existe uma profunda diferença entre as elites asiáticas e as elites latino-americanas.

E aí já posso falar da América Latina em geral. As elites latino-americanas se sentem participantes do mundo ocidental, e têm, portanto, muita facilidade de se identificarem com as elites dirigentes dos Estados Unidos. Já as asiáticas não. É impressionante ver que a comunidade de cientistas chineses fez extraordinários esforços de auto-desenvolvimento nas universidades americanas, auferindo conhecimentos preciosos, desenvolvendo uma alta ciência e uma tecnologia, e permaneceram fiéis ao seu país, para o qual transferiram o saber que lograram alcançar, visando o desenvolvimento chinês. Essa diferença entre a profunda vinculação das elites asiáticas com seus respectivos territórios e vinculação menos efetiva de nossas elites faz de sorte que, se perdermos a oportunidade que a História nos dá — apenas por um par de decênios — de procedermos à consolidação do Mercosul e à formação de um grande sistema sul-americano de nações, nos converteremos em países sem destino histórico, sem personalidade e seremos parte dessa gigantesca massa dos povos irrelevantes do mundo. Muito obrigado.

CARLOS TIBURCIO. Muito obrigado, professor Jaguaribe. Vamos abrir o debate, e logo em seguida teremos a solenidade de posse, na presidência do Conselho Consultivo do Centro Celso Furtado, do senador Roberto Saturnino Braga, e como secretário geral o economista Antonio Prado.

CASSIO FRANÇA. Sou diretor de projetos da Fundação Friedrich Ebert, que é uma fundação alemã de cooperação internacional. Minha pergunta é pensar integração sem ter um projeto de país? Coloco a pergunta para os nossos dois interlocutores, mas gostaria muito de escutar também o Armando Mariante, porque

fico imaginando como é que se decidem os projetos de integração na América Latina a serem apoiados pelo BNDES.

HELIO JAGUARIBE. Eu concordo totalmente com as interrogações apresentadas. Se os países, pelo menos alguns países-chave da América do Sul, não recuperarem o projeto nacional a integração é uma retórica. Mas creio que se está recuperando o projeto nacional. É um projeto nacional o que está comandando a espantosa recuperação da Argentina, com taxas de crescimento de 8,9% nos últimos quatro anos. Depois da lamentável fase em que a Argentina foi vítima do mais alucinado neoliberalismo de que há exemplo em toda a nossa América, o presidente Kirchner, e com ele um setor importante da política argentina, e a opinião pública maciçamente, estão voltando ao projeto argentino, que é um projeto concomitante de integração e nacional. Creio que há no Brasil um repúdio cada vez maior em relação ao neoliberalismo, a essa loucura de considerar que o mercado nacional e internacional decidirá o destino de nosso país.

ARMANDO MARIANTE. Vou responder sobre a questão do financiamento do projeto da Colômbia. Quero dizer, em primeiro lugar, que o BNDES não é um banco regional de desenvolvimento, é um banco nacional de desenvolvimento. Não financia projetos na América do Sul. Isso é muito importante para você entender bem a questão da Colômbia e do restante dos projetos. O que o BNDES financia é a exportação de bens e serviços feitos no Brasil para projetos da América do Sul. E até projetos como a Usina de Três Gargantas, na China, contou com turbinas feitas no Brasil. Isso é o que o BNDES financia. Citei o projeto, muito bonito, como disse, de transporte coletivo na Colômbia por ser um exemplo que eu até gostaria de ver implantado em cidades brasileiras, de transporte coletivo planejado. Mas o que o BNDES financiou, nesse caso específico do projeto da Colômbia, foi a exportação de ônibus biarticulados e ônibus normais fabricados no Brasil.

RICARDO CARNEIRO. É uma pena o Samuel ter ido embora, a pergunta era para ele mas se dirige à toda a mesa. Vimos pelas exposições um certo desejo ou vontade de abrir caminhos para a integração sul-americana. Mas ao mesmo tempo — o que ficou mais claro na fala do Helio Jaguaribe —, isso tem um lado muito retórico. Do ponto de vista da integração física está tudo por fazer. E eu diria também que do ponto de vista da integração financeira e monetária. Nós não temos ainda no Mercosul uma união de pagamentos. Dependemos da utilização de uma moeda-reserva para fazer a compensação de contas comerciais. A

pergunta é a seguinte: estamos em que estágio do projeto de integração física e de integração financeira e monetária?

ARMANDO MARIANTE. Com toda certeza o processo de integração sul-americana não está no nível da retórica. Nos últimos dez anos o BNDES financiou 2,5 bilhões de dólares em diversos projetos de integração. Existe uma quantidade muito grande de projetos. O BNDES responde a demandas, não fabrica projetos. Na verdade, quando um projeto de integração — ou mesmo que não seja de integração mas que seja um projeto nacional, de desenvolvimento de um país sul-americano — dá entrada aqui no Banco com pleito de apoio financeiro, fazemos a análise tradicional. O BNDES é especialista em análise de projetos, e esses critérios são aplicados aos sul-americanos também, e na medida em que integrem bens e serviços, inclusive serviços de engenharia, fabricados no Brasil, o Banco financia essa parcela de bens e serviços produzidos no Brasil. E financia em condições compatíveis com a capacidade de pagamento dos projetos. O Banco tem sido injustamente criticado, com comparações muitas vezes levianas, por ter dado prioridade ao financiamento do metrô de Caracas, em detrimento do metrô de São Paulo. Isso não é verdade. O BNDES não financia o metrô de Caracas. O que ele financia é a exportação de bens e serviços para o metrô de Caracas. É nesse aspecto, e só nesse, que o Banco pode contribuir para a integração da América Latina. Não pode financiar um projeto fora do Brasil porque tem restrições institucionais, usa recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e o compromisso do Banco é com a geração de emprego e renda no Brasil. Além disso, financia também a chamada internacionalização de empresas brasileiras. Quando a empresa brasileira quer se instalar em outro país, o BNDES também pode legitimamente financiá-la. São os dois braços de sua capacidade de financiamento na perspectiva de integração da América do Sul.

ROBERTO SATURNINO BRAGA. Quero ensaiar uma resposta para a indagação que está na cabeça de todos: sabemos que há o propósito, a vontade política de integração, mas a impressão que se tem é que tudo fica um pouco na retórica. Penso que está faltando agora a etapa de institucionalização do projeto de integração, está faltando uma instância que torne o processo institucional. Isto é, uma agência, uma delegação de todos os sócios para promover esse acordo entre os países no tocante a políticas setoriais e industriais e de infra-estrutura, ou a criação do banco, ou os acordos atinentes a questões comerciais e cambiais; está faltando uma agência promotora da integração. Talvez o parla-

mento do Mercosul possa, em conjunto com o banco, criar essa instância de efetivação de algo que está na cabeça de todos. E mais, essa instância também deverá cuidar do problema da comunicação, que o nosso amigo ressaltou tão bem, porque é fundamental que o projeto conte com apoio popular.

YASH TANDON. Minha pergunta é a seguinte: quando vocês falam de plano para um banco regional, como o do Mercosul, que princípios bancários usarão? Serão os mesmos princípios comerciais do sistema bancário ocidental, ou seja, orientados para o mercado? Ou há outros princípios a serem aplicados? Por exemplo: nos países islâmicos há um conjunto de princípios diferentes quando eles emprestam dinheiro para projetos; não usam o princípio do lucro, têm outro modo de lidar com isso, dependendo do interesse social do projeto, do número de pessoas a serem beneficiadas. Outra questão: nenhum dos conferencistas mencionou a iniciativa da ALCA. Vejo a coisa de fora, e pergunto se a ALCA se basearia em princípios de solidariedade, como essa ponte que foi feita entre Cuba e Venezuela, que trocaram médicos por petróleo. E há princípios bancários diferentes que poderiam ser aplicados em bancos regionais, como nesse projeto de um banco para o Mercosul?

ALDO FERRER. La idea del banco está todavía en formación, pero se supone que va a ser un banco del desarrollo que no va a tener estrictamente los criterios de la banca comercial, sino que va a tener criterios distintos respecto de las garantías, de los plazos, de las prioridades, de las tasas de interés, de los costos. La idea misma de la creación de un Banco del Sur es la de que no va a ser un banco con los criterios normales de la banca comercial, sino un banco del desarrollo, por eso, con criterios que incluyen lo social, el desarrollo, la integración.

PERGUNTA DA PLATÉIA. En relación a esto, si uno observa la experiencia de la Unión Europea, más que un banco, hay ahí también una idea común que se basa en una solidaridad entre países para vencer las asimetrías. No hay solamente un aspecto de proyecto de desarrollo sino lo del éxito del problema de integración.

ALDO FERRER. Ahí yo creo que hay una diferencia fundamental entre la experiencia europea y la experiencia en América del Sur. Los países fundacionales de la Unión Europea son países desarrollados, que tienen recursos suficientes, por ejemplo, para sostener a política agrícola común, que consume gran parte del presupuesto de la Unión, o para programas regionales, o sociales. Nosotros creemos que en América del Sur no tendremos esa posibilidad, por las

demandas sociales que tenemos. Por ejemplo, ¿cómo podría justificar el Brasil destinar una parte importante de fondos para financiar programas sociales? Puede hacerlo de otra manera, con asistencia técnica, con programas conjuntos. Quiero decir, entonces, que la idea de un presupuesto comunitario, que movilice una parte importante de recursos, me parece que es muy limitada y la posibilidad de hacer programas comunitarios de ayuda recíproca también me parece limitada. Me parece posible hacer programas presupuestarios. Por ejemplo, si se consolida esa idea del gasoducto sudamericano, seguramente habrá recursos brasileños para la parte del gasoducto que atraviesa el solo brasileño — y habrá crédito del Banco Internacional del Desarrollo; lo mismo se pasará en Argentina, y en Venezuela. Pero dada la situación social de nuestros países, me parece que es muy difícil hacer transferencias de ayuda recíproca; se puede hacer hasta un cierto límite, pero es una experiencia muy distinta de la europea.

CARLOS TIBURCIO. Convido a presidente cultural do Centro Celso Furtado, Rosa Freire d' Aguiar Furtado, o senador Roberto Saturnino Braga, o economista Antonio José Correia do Prado, o diretor de pesquisa, Cláudio Salm, a diretora administrativa-financeira, Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo, para que venham até a mesa para a posse do presidente e do secretário geral do Conselho Consultivo.

ROSA FREIRE D'AGUIAR. Senhoras e senhores, cumprimento a todos me dirigindo a Helio Jaguaribe, amigo de Celso, amigo de sempre. Hoje é aniversário de Celso. Ele faria 86 anos, e, tenho certeza, gostaria muito de estar aqui nesse momento em que ouvimos falar de plano de metas latino-americano. Mas não está, e o Centro que tem seu nome tentará levar esse projeto adiante. O Centro foi fundado em 22 de novembro do ano passado, quando elegemos um Conselho Consultivo, do qual vários membros estão aqui presentes: se a vista não falha, vejo Helio Jaguaribe e Aldo Ferrer, Saturnino Braga e Antonio Prado, Luciano Martins, Mário Tosi Furtado e André Tosi Furtado, Ronald Queiroz, José Maria Aragão, Clóvis Cavalcanti, Ricardo Carneiro. O senador Saturnino Braga e o economista Antonio Prado foram eleitos, respectivamente, para presidente e secretário geral do Conselho Consultivo, por unanimidade. A esse conselho compete — leio os estatutos — propor linhas de ação, programas, ações, estudos, formas de atuação ou qualquer medida que contribua para que o Centro Internacional Celso Furtado atinja seus fins; auxiliar o Centro Internacional Celso Furtado a captar recursos; acompanhar a aplicação desses recursos,

podendo para tanto solicitar ao Conselho Deliberativo as informações que julgar pertinentes; deliberar sobre todos os assuntos nos quais o Conselho Deliberativo entender-se impedido por razões procedimentais.

Como vêem, caro Saturnino, caro Prado, trabalho não faltará. Estamos certos de que com a cooperação de vocês será mais fácil e prazerosa a travessia a que o Centro se propõe, guiado pelo sonho do desenvolvimento que foi o de seu patrono Celso Furtado. Meus colegas da Diretoria e eu mesma damos posse ao senador Roberto Saturnino Braga e ao economista e professor Antonio José Correia do Prado como, respectivamente, presidente e secretário geral do Conselho Consultivo do Centro Celso Furtado. Parabéns a todos.

SATURNINO BRAGA. Sinto-me muito honrado, muito motivado e engajado no esforço de produção de idéias e propostas deste Centro Internacional Celso Furtado. Celso Furtado para nós é o símbolo do desenvolvimentismo, do projeto de desenvolvimento da nação brasileira. Aliás, a idéia de desenvolvimentismo é eminentemente latino-americana. No pós-guerra, a União Soviética gozava de um prestígio avassalador que captava as almas jovens do mundo inteiro, com a generosa idéia do socialismo. Os partidos comunistas cresciam incrivelmente na Europa; aqui no Brasil o Partido Comunista fez, em pouco mais de um ano, 100 mil militantes e a maior bancada de vereadores no Rio de Janeiro. O capitalismo reagiu, elaborou estratégias de confrontação com o prestígio do socialismo.

Para a Europa, foi a idéia da reconstrução com o Plano Marshall e a idéia do bem-estar-social; para a África e a Ásia foi a descolonização, que realmente prosperou enormemente nesses continentes; e na América Latina, cresceu a idéia do desenvolvimento para elevar o padrão econômico, social e cultural do continente ao nível daquele dos países ricos. Toda uma biblioteca econômica se escreveu sobre o desenvolvimento, mas foi na América Latina, especialmente na CEPAL, que se produziu o maior impacto das formulações desenvolvimentistas, que tiveram na figura de Celso um ponto máximo. Não só Celso, como também Raúl Prebisch, Jorge Ahumada, Aníbal Pinto, enfim, um conjunto de economistas latino-americanos extremamente competentes e excepcionalmente dedicados ao projeto de desenvolvimento nacional e, simultaneamente, latino-americano. Hoje se prefere o termo sul-americano, porque o México praticamente se integrou aos Estados Unidos, mas a idéia de um desenvolvimento integrado com os demais países esteve desde o início associada à do desenvolvimento de cada Estado nacional. Jaguaribe foi muito feliz em apontar a questão

do momento histórico; há uma consciência de que neste momento histórico — quando a América do Sul elege vários presidentes consoantes com a idéia do desenvolvimento nacional e regional — é importante não perder esse impulso e levar à frente o projeto de integração. Só creio que o projeto está precisando se tornar mais institucional. É fundamental que isso aconteça agora, pois esse projeto encontra resistências enormes.

Ainda anteontem, fiz um discurso no Senado a respeito de uma entrevista do professor Aldo Ferrer, que saiu num dos nossos jornais aqui do Rio. O título da matéria era “O Mercosul em crise”, e na entrevista Aldo Ferrer dizia o Mercosul não está em crise, vai muito bem, e que o ingresso da Venezuela era formidável por ser mais um país de peso econômico e energético, e que essa reunião de Córdoba tinha sido muito portante porque a ela compareceram representantes da sociedade civil de vários países. Mas o título indicava o contrário. Todo dia a gente vê uma notícia negativa em relação ao Mercosul, é o fenômeno que Jaguaribe apontou do elo entre nossas elites e os meios de comunicação ligados aos interesses do chamado Primeiro Mundo.

Mas aqui está o Centro Internacional Celso Furtado para exatamente se contrapor à hegemonia desses interesses, produzindo idéias, motivação, atraindo jovens engajados num projeto brasileiro e integracionista de toda a América do Sul. De modo que é com enorme prazer, com emoção mesmo, lembrando a figura de Celso Furtado — sou dos primeiros do BNDES, do qual Celso foi diretor por nós admirado até com certa veneração —, com muita emoção e um sentido de engajamento que tomo posse como presidente do Conselho Consultivo. Tenho certeza que não deixarei desmerecer essa confiança que é em mim depositada. Muito obrigado, e parabéns a nós todos.

ROSA FREIRE D’AGUIAR. Encerrando esta mesa e este seminário, é com prazer que informo aos nossos conselheiros e a todos os que aqui vieram que na semana passada entrou no ar o site do Centro Celso Furtado (www.centrocelsofurtado.org.br). O site pretende ser um espaço de debate e aglutinação de idéias sobre o desenvolvimento. Portanto, suas contribuições serão muito bem-vindas. Anuncio também que em seguida lançaremos o primeiro número da primeira publicação do Centro Celso Furtado: “Cadernos do Desenvolvimento”, que tive a satisfação de editar, com as atas do seminário internacional realizado em Brasília em novembro de 2005, sobre a atualidade do pensamento de Celso. Muito obrigada e até o próximo encontro.

